



II Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação

Autoavaliação e Planejamento

27 e 28 de abril de 2023

Realização:

Unit UNIVERSIDADE
TIRADENTES

Programa de Pós-graduação em Educação
Mestrado e Doutorado

COMO ATO PEDAGÓGICO DE PROVOCAÇÃO: O ESTUDO DA TRAJETÓRIA DO INTELLECTUAL NEGRO MANOEL DE ALMEIDA CRUZ

Cristiane Lima Santos Rocha¹

RESUMO

O presente artigo tem ato pedagógico de apresentar as ações teóricas-metodológicas que pavimentaram a construção das proposições mais basilares da pesquisa intitulada *Entre o intelectual negro e o manifesto insurgente: processos educativos e histórico-educacionais presentes na Pedagogia Interétnica Salvador-Bahia -1970 a 1990*. Foram consideradas as aproximações conceituais entre *Movimento Negro Educador* de Nilma Lino Gomes (2017) e *Pedagogia Interétnica* de Manoel de Almeida Cruz (1978), para provocar os campos de produção acadêmica-científicos, voltados aos conhecimentos da educação e da educação para relações étnico-raciais no Brasil. Para tanto, foram analisados os monumentos construídos pela memória no Grupo de Trabalho 21 - Educação e Relações Étnico Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, nos últimos vinte anos, a partir de análises dos Relatórios anual e de atividades do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21 do período de 2003 a 2021, para dizer do lugar que o campo da educação reservou, em sua memória social, à *Pedagogia Interétnica* de Manoel de Almeida Cruz.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Relações Étnico Raciais. Pedagogia Interétnica. Memória social.

ABSTRACT

The present article has the pedagogical act of presenting the theoretical-methodological actions that paved the way for the construction of the most basic propositions of the research entitled *Between the black intellectual and the insurgent manifesto: educational and historical-educational processes present in the Interethnic Pedagogy Salvador-Bahia -1970 to 1990*. The conceptual approaches between *Movimento Negro Educador* by Nilma Lino Gomes (2017) and *Pedagogia Interétnica* by Manoel de Almeida Cruz (1978) were considered, to provoke the fields of academic-scientific production, focused on knowledge of education and education for ethnic relations -racial in Brazil. To this end, the monuments built by memory in the Working Group 21 - Education and Ethnic Racial Relations of the National Association of Graduate Studies and Research in Education - ANPEd, in the last twenty years, were analyzed from the analysis of the annual reports and activities from the Education and Ethnic Racial Relations Working Group - WG 21 from 2003 to 2021, to talk about the place that the field of education reserved, in its social memory, for Manoel de Almeida Cruz's *Interethnic Pedagogy*.

KEYWORDS: Education. Racial Ethnic Relations. Interethnic Pedagogy. Social memory.

¹Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT) sob orientação do Prof. Dr. Gregory da Silva Balthazar, mestre em História Regional e Local- UNEB-Campus V, professora da Educação Básica pela rede estadual e municipal Bahia, Salvador. Grupo de Pesquisa: Núcleo Diadorim de Estudos de Gênero. ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6874-7977> ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9528567918663498>

1 Introdução

Antes mesmo do pensamento amplamente difundido, na perspectiva geopolítica, sobre a “linha abissal que separa o Norte-global, hegemônico, e o Sul-global subalternizado”, ganhar notoriedade como pressuposto de compreensão da dominação epistemológica, e do assassinato das epistemes. (SANTOS, 2018, p.528). O pesquisador e fundador do *Teatro Experimental do Negro*, Abdias Nascimento, no livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, publicado em 1978, já denunciava de modo sistemático as estratégias de silenciamento e neutralização de questões centrais da vida do povo negro, como produção de morte gradativa e contínua, para além do aniquilamento físico. (NASCIMENTO, 2016).

Os efeitos de morte da subjetividade da população negra fizeram Abdias Nascimento pensar o corpo racializado enquanto *território político*. Ao reconhecer-se como parte “da matéria investigada”, Nascimento (2016, p.41) enfatiza a despreensão de “qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida”; denunciando, assim, as maquinarias da colonialidade que matam as relações entre os sujeitos e, sobretudo, como estes corpos persistem ao lançar suas resistências para enfrentar e confrontar o poder.

Dessa maneira, Nascimento (2016) possibilita pensar os limites conceituais da dimensão do poder sobre a vida e a morte operacionalizada por uma biopolítica em que o racismo estabelece um corte entre quem deve morrer e quem deve viver. Enquanto um vértice de poder que focaliza na dobra do disciplinamento dos corpos dos indivíduos e no governo do corpo da população, o biopoder é uma ampla gestão da vida que se operacionaliza na máxima foucaultiana de fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 2002).

No tocante às formas de como o racismo é parte fundamental do biopoder, Foucault entendeu que o “[...] racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros, a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 2002, p. 306).

O Estado torna social e institucionalmente aceitáveis mortes de vidas negras, são mortes estruturais que produzem o desvalor em que “[...] a matéria punível é a própria racialidade negra.” (CARNEIRO, 2005, p. 129). Neste sentido, a filósofa Sueli Carneiro aponta que o racismo consolida hierarquias raciais que impedem a digna existência intelectual negra, sendo fator preponderante no apagamento histórico da cultura africana e indígena no currículo escolar.

Carneiro (2005, p. 97) evidencia que no âmbito educacional o racismo epistêmico estabelece “múltiplos processos de negação e silenciamento de epistemologias do continente africano e diáspora africana”. Portanto, não se trata de acaso, são macros e micros políticas de imposições do embranquecimento cultural a partir de única perspectiva epistemológica, e de exclusões que “aniquilam confiança intelectual e capacidade cognitiva”. A esses processos denomina-se epistemicídio.

Cabe considerar aqui os escritos de Grosfoguel (2007), uma vez que pontua a existência de um “racismo epistêmico” sob o monopólio eurocêntrico, deve-se vislumbrar projetos e experiências renovadoras que sendo produtoras de proposições teórico/metodológicas, de estratégias políticas, de transformações e perspectivas trazem à tona a diversidade epistêmica.

Foi diante ao horizonte de apagamento histórico da cultura africana e indígena no currículo escolar, que o professor e intelectual negro Manoel de Almeida Cruz, junto a *rede de insurgências* no Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (1974), Salvador, Bahia, apresentou primeira iniciativa de articular as relações raciais à educação, e a construção de uma proposta de difusão no espaço escolar, com propósito de traçar caminhos próprios, enquanto agregador de trajetórias. Objetivo que o levou a formulação e difusão da *Pedagogia Interétnica* (1978) e das *Alternativas para o combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo: uma proposta de intervenção científica para eliminá-los* (1989).

A imersão na trajetória de Manoel de Almeida Cruz, permite compreender a própria proposta de pesquisa intitulada *Entre o intelectual negro e o manifesto insurgente: processos educativos e histórico-educacionais presentes na Pedagogia Interétnica Salvador-Bahia -1970 a 1990*, como ato pedagógico que adquire razão política e social, bem como, caráter de proposição teórico/metodológica para subverter a

negação, apagamento e o silenciamento da produção intelectual negra concebida como *Pedagogia Interétnica*.

O escrito inicial da pesquisa em forma de projeto apresentado em 2021 à banca de seleção ao doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, era permeado pelo conceito de insurgência para dizer da *Pedagogia Interétnica* enquanto práxis educativa, insurgente e da trajetória e lugar do intelectual negro Manoel de Almeida Cruz.

Faltava àquelas primeiras páginas a consistência do detalhamento e ferramenta interpretativa ao conceito, que somente viria a ser alcançada ao longo dos dois primeiros semestres sob a orientação da Prof^a Dr^a Ilka Miglio Mesquita e com participação no Grupo de Pesquisa História, Memória, Educação e Identidade (GPHMEI), as lentes decoloniais abriram caminhos, suscitaram diálogos insurgentes de (re)existência.

E Catherine Walsh (2013) com “Pedagogias Decoloniais” ao considerar as pluriversalidades, como parte da existência humana dava “presença à resistência e à existência de e com os povos de raízes africanas”. (WALSH, 2013, p.67), foram proposições de encorajamento e esperança.

As leituras decoloniais possibilitaram movências e revelaram pluriversos de resistências que permitiram elaborar novas categorias como o de *rede de insurgências*, repensar a memória histórica e as subjetividades; reafirmar a *Pedagogia Interétnica* enquanto manifesto insurgente; e publicizar em eventos através artigos e comunicações orais, alguns outros escritos a partir de breve análise qualitativa de jornais e estudos bibliográficos.

Contudo, ao pensar o recorte espacial da pesquisa deparei-me com um território político em que o Brasil, embora sendo América, apresenta epistemologias outras que permitem pensar a *Pedagogia Interétnica* não está no lugar teórico da decolonialidade, da epistemologia do sul, da pedagogia decolonial. Paulatinamente, foi preciso questionar que tipos de desigualdades, os caminhos teóricos ligados a realidade decolonial voltada a América Latina, mas que não incorpora brasileiros, poderiam reafirmar desigualdades teóricas que jogariam para fora intelectuais negros brasileiros.

No que as lentes decoloniais ainda semeiam reflexões e compreensões que auxiliam na tarefa de evidenciar as atuações educativas, por uma *Pedagogia Interétnica*,

implementadas por Manoel de Almeida Cruz, mas para situá-lo na herança da formação de intelectuais negros que tiveram importância na formação de professores e na educação escolar, interseccionalizar classe, raça, gênero são os subsídios para decolonizar a decolonialidade.

Pensar “sobre” e “com” Manoel de Almeida Cruz suscitou o posicionamento do *pensamento amefricano* ao problema: como Manoel de Almeida Cruz construiu um *ethos*, uma ética para propor, elaborar e implementar a *Pedagogia Interétnica* enquanto lastro de alternativas para combater o racismo?

Lélia Gonzalez com sua categoria chave de Amefricanidade (1988) resgata a identidade fraturada sobre a qual se baseia a narrativa da democracia racial e reescreve a história de formação da América, dando ênfase na condução de amefricanas e ameríndias enquanto sujeitos em sua própria história.

Portanto, os caminhos teóricos consolidados até aqui, somam trajetórias, epistemes que superam a colonização territorial e práticas, ação teórica e pedagógica de enfrentamento às opressões. Visibilizam horizontes que possibilitam transpor a presença socialmente invisibilizada do Manoel de Almeida Cruz como parte da memória social do movimento negro educador, no que se tornou estratégico não apenas denunciar silenciamentos, como enunciar e traduzir a complexidade das experiências de nós, pessoas racializadas, desde as entranhas da América Latina, sem recorrer ao perigo dos enquadramentos da representação e política identitária.

Mais que isso, tornou-se preeminente enfrentar politicamente a dominação epistemológica na academia, com um movimento que se constitui, segunda Nilma Gomes (2017, p. 60), como “um trabalho arqueológico de escavação nas ruínas da modernidade ocidental em busca de elementos ou tradições suprimidas ou marginalizadas, representações consideradas particularmente incompletas porque menos colonizadas” e, com isso, “possam nos guiar na construção de novos paradigmas da emancipação social”.

Tal enfrentamento se fez mediante a orientação do prof. Dr. Gregory da Silva Balthazar e participação no Núcleo Diadorim de Estudos de Gênero passando pelo entendimento que política de citação possui efeito de circulação, sendo mesmo estratégia de subversão, do ponto de vista intelectual, educacional e sociopolítico, aos

discursos que negam, desqualificam e tentam silenciar historicamente as produções intelectuais negras, facultando “não lugar” a pessoas racializadas como também às dissidências sexuais e de gênero.

No que enegrecer a escrita passou a implicar em globalmente sulear, e nacionalmente nordestear o ato de escrever; implicar em dizer de outras experiências em coexistências; e pensar e escrever além da raça, como sugere bell hooks (2022, p.30), a fim de não apartar o debate.

Ao que não basta apenas citar intelectuais negras e negros, cabem as abordagens teóricas e a aplicabilidade de categorias que se inscrevem como prática de sobrevivência ao “genocídio epistêmico” (NASCIMENTO, 2016), e retira-nos do artifício da identidade e representatividade que sustentam as premissas mais basilares do sujeito moderno-liberal.

Enegrecer a escrita possibilita reinvenção plural, interseccional do pertencimento: “não é, certamente, no sentido de uma [interseccionalidade como] defesa de formas de encontros de identidades tomadas, muitas vezes, como essência do que somos ou do que podemos ser”, mas, “antes disso, a interseccionalidade é tomada aqui como uma possibilidade de dar a ver como o “êthos crítico” possibilita “conceber uma crítica que sustenta a potência de um caminho possível para uma forma de pensamento, de uma atitude política, dissidente das formas instituídas de ser sujeito [herdadas da modernidade colonial-capitalística] (BALTHAZAR; MARCELLO, 2018, p. 11).

Assim, o presente artigo tem como objetivo o ato pedagógico de apresentar os movimentos que pavimentaram até aqui, a construção das proposições mais basilares da pesquisa, apresentadas no texto de pré-qualificação na disciplina Seminário de Pesquisa II, ministrada pela prof^a Dr^a Cristiane Porto durante o semestre 2022.2, pontuando as ações teóricas-metodológicas.

E, provocar os campos de produção acadêmica-científicos, voltados para os conhecimentos da educação no Brasil, com duas e mesmas questões que se apresentaram inicialmente: em vinte anos de políticas afirmativas, no jogo de luta entre os apagamentos do pensamento abissal e das construções de pedagogias decoloniais, qual o lugar que o campo da educação reservou, em sua memória social, à pedagogia interétnica de Manoel de Almeida Cruz? Mais do que isso, e após a afirmação do

Movimento Negro Educador – pensando conceito, categoria de Nilma Lino Gomes - e de políticas como a Lei 10639/03, Almeida Cruz ocupa, hoje, o lugar de intelectual na política da memória do campo da educação no Brasil?

2 O Desvendar provoca [ação]

Diante das questões suscitadas e aqui evidenciadas, o procedimento metodológico quanto a abordagem requereu uma perspectiva explicativa a partir de estudo qualitativo do levantamento da produção da memória social do movimento negro educador, tendo por foco os monumentos construídos pela memória no Grupo de Trabalho 21 - Educação e Relações Étnico Raciais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, nos últimos vinte anos de políticas públicas e de pesquisas sobre Educação para Relações Étnico-Raciais.

Quanto a natureza, metodologicamente este texto apresenta o caráter científico original da pesquisa em andamento, ao avançar na compreensão de que o estudo da trajetória do intelectual negro Manoel de Almeida Cruz é ato pedagógico que permite refletir que até nos espaços acadêmico-científicos especializados, como da Educação para Relações Étnico-Raciais deparamo-nos com epistemicídios das intrínsecas práticas de insurgências que fissuraram a colonialidade e articularam atos que mobiliza a consciência da experiência acumulada para desconstruções no presente, de estereótipos naturalizados, submissos, marginais, a que se denomina memória social.

E provoca construção, articulação, movimento no campo da produção acadêmica-científico da Educação do Brasil por epistemologias plurais das experiências negras. Assim, é colocado aqui, em movimento teórico, o *ethos* pedagógico das referências mais larga à construção de evidências da importância da trajetória do Manoel de Almeida Cruz.

Tomando por compromisso político e ético as nossas existências no fazer intelectual, estabelece-se as aproximações conceituais entre Movimento Negro Educador de Nilma Lino Gomes (2017) e Pedagogia Interétnica de Manoel de Almeida Cruz (1978), para mobilizar os critérios de análise dos Relatórios de Reunião Anual do GT 21 do período de 2003 a 2021, os Relatórios de atividades do Grupo de Trabalho

Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21 do mesmo período, e os Anais das reuniões científicas nacionais, todos estes publicamente disponibilizados e hospedados em banco de dados e na biblioteca virtual do site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd.

Além disso, cabe registrar que o período de vinte anos, não está totalmente contemplado nos relatórios disponibilizados, no que foi utilizado, também, a leitura e análise do *Dossiê 20 anos do GT21 da ANPEd: produção do conhecimento, educação e relações étnico-raciais*, em comemoração aos vinte anos do Grupo de Trabalho.

Publicado pelo Conselho Editorial da Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem (RBECL) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, volume 5, n.10 em julho de 2021, o dossiê é organizado pela Profa. Dra. Eugenia Portela de Siqueira Marques, docente Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Profa. Dra. Lucimar Rosa Dias, da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Para a coleta da produção acadêmica no GT 21 Relações Raciais e Educação Étnico Raciais, foram escolhidos e utilizados como descritores desse escrito: Pedagogia Interétnica, Intelectual negro/insurgente, insurgências, ethos ancestral (ancestralidade). Considerando a perspectiva de historicização dos vinte anos de atuação do GT 21, o critério de temporalidade não diz do recorte temporal da pesquisa, mas das pistas que contribuem ao amadurecimento do questionamento ao presente histórico e a indagação de ausências e silêncios que atravessam e constituem uma política da memória sobre a educação no Brasil.

É preciso dizer que as chaves dessas análises não se voltam tão somente às narrativas e debates em torno das relações étnico-raciais no ensino e no currículo educacional, nem somente à imprescindível tarefa ética, política, epistemológica, de abarcar saberes, sujeitos e experiências da população negra e afrodescentes. Voltam-se, também, aos limites das ausências ou, como se deseja, as possibilidades de emergências e de refundação de sentidos e histórias que contemplem experiências e existências negras, como a do intelectual negro Manoel de Almeida Cruz.

Ao selecionar a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd para compor levantamento da construção da memória social do movimento negro educador, focalizou-se as atividades do Grupo de Trabalho Educação

e Relações Étnico Raciais- GT 21. Se assim foi realizado, foi pensando a ANPEd como expressão maior da produção científica sobre educação por ser o maior fórum de pesquisadores e pesquisadoras em educação do Brasil.

O exercício metodológico, sem negligenciar a dimensão educativa e insurgente do GT 21 - Educação e Relações Étnico Raciais, apoia-se na tarefa de reconhecer na memória social do Grupo de Trabalho 21 - ANPEd, pelo viés da localização epistêmica, as existências de intelectuais negras e negros historicamente apagados. Estariam ainda à margem do reconhecimento das agências comprometidas com as construções coletivas de experiências decoloniais, que abrem caminhos a horizontes emancipatórios?

Entende-se por memória social a produção de atos que instigam a consciência da experiência acumulada e mobilizada no presente para a movência das experiências e existências negras. Esse movimento que o GT 21 faz do presente e do passado para compreender e apresentar o campo dos saberes e fazeres da educação antirracista e enfrentar criticamente as naturalizações de práticas racistas em âmbito educacional, com proposições e práticas insurgentes de teorização, intervenção, ação e criação.

As considerações de Halbwachs (1990) de que memória social comunica compressões sociais próprias de determinado grupo, permite sugerir que a memória social construída pelo GT 21 ANPEd, enquanto sistema de organização e mediação do ato de recordar, implica relação de partilha e tem como função primordial promover laço de pertencimento entre os membros do grupo.

3 Caminhos da existência enunciativa

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, foi formada na segunda metade da década de 1970, a partir de um coletivo de docentes e discentes que procuravam repensar as direções da educação brasileira, sendo uma das mais importantes associações científicas do Brasil, no campo educacional. Já o Grupo de Estudos 21 - Relações Raciais/Étnicas e Educação foi criado na 24^a Reunião Anual da Associação, em 2001, para alargar o protagonismo das pesquisas e posicionamentos político-acadêmicos relativos às matrizes teóricas e epistemológicas étnico-raciais, dois anos mais tarde passou à categoria de Grupo de Trabalho (GT), recebendo dois novos

nomes: Afro-Brasileiros e Educação e Educação e Relações Étnico-Raciais, sendo esta última empenhada em alargar epistemologias étnico-raciais a temática indígena.

O que permite perceber o Grupo de Estudos 21 - Relações Raciais/Étnicas e Educação como um grupo que se configurou apostando na transversalização da temática étnico-racial para desnaturalizar práticas racistas, e se colocar em resistências e articulações, para fortalecer-se enquanto grupo, de pessoas negras e não negras, sai do campo da mera denúncia e apresenta o campo dos saberes e fazeres da educação antirracista.

Com esta emergência, não bastava compreender os mecanismos de apagamento histórico da cultura africana e indígena no currículo escolar e no espaço acadêmico, foi preciso projetar experiências de contraposição, a partir da epistemologia do esperar, uma produção de atos por uma sociedade mais equitativa, lutando contra o epistemicídio à existência intelectual negra, ou seja, tratava-se também da justiça cognitiva aos pesquisadores da área.

No que é possível dizer que uma vontade de memória incidia na vontade de poder, a consciência da experiência e as linhas mal traçadas do passado passava a mobilizar o presente, pois cada vez mais ampliava-se a participação de pesquisadoras e pesquisadores da área de Relações Étnico-Raciais e Educação dos Afro-brasileiros que estavam, até 2001, dispersos em outros Grupos de Trabalho da ANPED.

O professor Ahyas Siss e a professora Iolanda de Oliveira (2007), em ato de memória, da trajetória do GT 21, em trinta anos de ANPED, analisam a produção científica diretamente relacionada com a área temática das Relações Raciais e Educação de Afro-Brasileiros, bem como produções que abordaram a temática como subsídio a temática mais específica.

O levantamento em base de dados da Associação permitiu aos autores, traçar as experiências de pesquisadores quando dispersos em outros Grupos de Trabalho, passando pela formação do Grupo de Estudo- 21 até se constituir como Grupo de Trabalho.

No referido texto, há um panorama das décadas de 1970 a 1990, enquanto contexto histórico em que “atores sociais, ligados a movimento negro nacional e intelectuais afro-brasileiros potencializaram ações pelo fim das desigualdades raciais e

sociais” (SISS, OLIVEIRA, 2007, p.02), fomentando, paralelamente, significativo crescimento de análises acadêmicas e pesquisas, relativos à educação em geral e à educação étnico racial em particular.

Embora, no texto fique evidenciado a intencionalidade de não esquecer qualquer produção e/ou pesquisadores que impulsionaram a produção acadêmica das Relações Raciais/Étnicas e Educação, atos de memória são atos simbólicos que implica na ausência, no esquecimento, na recordação, na emergência, no que certas agendas, e definições ao serem estabelecidas como resultado das lutas de seus participantes estabelecem uma memória social que escapa a transversalidade explicativa, experiências em coexistência, pluralidades de existências.

Os resultados aqui apresentados a partir de levantamento das produções do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21, dão indícios que permitem inferir que nos dois primeiros anos, enquanto Grupo de Estudo, as produções acadêmicas tiveram como eixo localizar conceitos e processos da educação étnico racial. Durante seus três primeiros anos de existência, enquanto Grupo de Trabalho, construiu referenciais para abordagem da temática étnico-racial fomentando uma memória indissociável às possibilidades práticas de implementação da lei 10.639/2003 na Educação Básica e no Ensino Superior.

É observável nas propostas de trabalhos encomendados e minicursos que a sanção da Lei nº 10.639/2003 e da Resolução CNE/CP1/2004 representava passo significativo à adoção de medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação, pouco a pouco foi delineando-se um sentimento de reparação humanitária à população negra e afrodescendente.

Em torno do descritor ancestralidade, é possível encontrar nos Anais da 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação de 2008, o trabalho de autoria de Sandra Haydée Petit e Norval Batista Cruz intitulado *Arkhé: corpo, simbologia e ancestralidade como canais de ensinamento na Educação*. A referente produção delinea caminhos da ancestralidade africana como forma de apropriação pedagógica dos ensinamentos da cosmovisão africana nas instituições de educação formal.

Durante as 32^a, 33^a e 34^a reuniões anuais científicas, há significativas produções em torno do entrelaçamento da Educação de Jovens e Adultos a educação para relações étnico raciais, com os lugares de composição e as linguagens dos(as) jovens e adultos(as), também se encontra trabalhos que abordam projetos pedagógicos, matrizes curriculares a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais nas Instituições de Ensino Superior. A educação quilombola também permeia as produções abrigadas no GT 21, chegando a descortinar alguns campos de ações, sem necessariamente dialogar com os descritores selecionados para escrita dessa tese.

Em 2012, a 35^a Reunião Anual terá caráter especial ao Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21 da ANPEd, considerando a comemoração dos dez anos de existência do Grupo de Trabalho, nesta reunião foi lançado o livro *Relações Raciais, Educação e Produção do Conhecimento: 10 anos do GT 21 Anped*, organizado pelas profas. Silvani dos Santos Valentim, Vilma Pinho e Nilma Lino Gomes.

Na sessão especial a temática *A produção do conhecimento pelos movimentos sociais, ações coletivas e sustentabilidade: pedagogias e práticas emancipatórias*, foi debatida sob a coordenação da professora Nilma Lino Gomes, com a presença de Joyce Elaine King, Marina Reidel e Carlos Walter Porto-Gonçalves pedagogias emancipatórias a partir de caráter mais amplo, com alguns pontos de especificidades.

Nesta reunião científica, a primeira debatedora, a Joyce Elaine King (Georgia State University /EUA) apresentou o trabalho encomendado *Black teacher's emancipatory pedagogies (Pedagogias emancipatórias do professor negro)*, (re)significando o cenário de reelaboração dos eixos das pesquisas em Educação e Relações Étnico Raciais para pensar processos pedagógicos em seus múltiplos contextos, que propõem educação crítica, antirracista e especialmente realizadas por educadores negros que discordantes da educação eurocêntrica, destacam-se pelo caráter emancipatório.

A 35^a Reunião Anual da ANPEd tem em si conjunto de significações a construção da memória social do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21, especialmente pelo reconhecimento da ausência de um arcabouço de

produções voltadas a pedagogias emancipatórias, e reflete sobre a emergência de produções que colocassem no eixo do debate a noção de educação para além da fixação em pressupostos curriculares, no que o descritor *pedagogia insurgente* da presente tese em andamento, aparece tangenciado pela pedagogia emancipatória.

Contudo, quando se analisa os Anais daquela reunião científica, maior parte dos trabalhos apresentados se debruçam sobre as relações raciais na escola, em livros didáticos entre jovens e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Em 2013, a abordagem geral sobre *Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: desafios para as Políticas Educacionais* perpassou pela 36ª Reunião Nacional, nela localiza-se em trabalho encomendado pelo GT 21, balanço dos avanços, limites e perspectivas à educação indígena apresentado pelo Gersen Baniwa. Naquela edição apenas dois trabalhos propunham pensar a educação indígena no campo da educação para relações étnico-raciais foram eles: *Os circuitos de trabalho indígena: os profissionais indígenas como novos sujeitos da gestão de políticas públicas* de Wagner Roberto do Amaral e *A construção de um diálogo intercultural com indígenas por meio da pesquisa-ação não-convencional* das autoras Ruth Pavan e Maria Cristina Lima Paniago Lopes, o que firma os passos iniciais do Grupo de Trabalho aos horizontes concretos de diálogos com as experiências indígenas.

Na sua 37ª reunião, realizada na Universidade Federal de Santa Catarina entre os dias 04 e 10 de outubro de 2015, com o tema *Plano Nacional da Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira*, o GT 21, abrigou produções científicas em torno das artes e conhecimentos na diáspora africana, formação de professores, educação infantil, relações étnico-raciais e de gênero, no que essas análises em construção permitem sugerir a insipiente produção em torno da estética étnico-racial e a ausência de ação-reflexão-ação sobre as interseccionalidades étnico-raciais e de gênero.

Nos Anais da 39ª Reunião Nacional da ANPEd realizada em outubro de 2019 na Universidade Federal Fluminense, é possível localizar trabalhos que melhor dialogam com descritores Pedagogia Interétnica, Intelectual negro/insurgente, insurgências, ethos ancestral (ancestralidade), quais sejam: *Impasses e possibilidades do pensamento decolonial no Ensino Superior: a experiência de uma universidade Colombiana*, autoria

de Denise Gonçalves da Cruz e Ana Cristina Juvenal da Cruz, *Exu e a pedagogia das encruzilhadas: educação, antirracismo e decolonialidade* de Luiz Rufino Rodrigues Júnior e *Intelectuais negros(as) da APNB e do Neab AFROUNEB: produções e trajetórias antirracistas* de Luiz Gustavo Santos da Silva, os dois primeiros apresentados oralmente, o último em forma de pôster.

A Denise Gonçalves da Cruz e Ana Cristina Juvenal da Cruz apresentam dados de pesquisa de mestrado buscando compreender a inserção e desenvolvimento de conteúdos relacionados às contribuições de matrizes africanas e da diáspora negra na estrutura curricular do curso de licenciatura em biologia da Universidad Distrital Francisco José de Caldas, na Colômbia, sob a ótica da teoria/pensamento decolonial.

Em *Exu e a pedagogia das encruzilhadas: educação, antirracismo e decolonialidade*, Luiz Rufino Rodrigues Júnior apresenta problematizações, perspectiva política/epistemológica, conceitos para situar a crítica ao colonialismo, as relações étnico-raciais/antirracismo, analisando a educação e suas imbricações com a vida, arte e numa orientação antirracista/decolonial. No que Rufino Júnior apresenta a Pedagogia das Encruzilhadas como reposicionamento das memórias e justiça cognitiva, frente as ações de violência produzidas pelo colonialismo, à vida encantada e esperançosa, para tanto, aponta que na educação emerge a demanda por uma revisão crítica antirracista/decolonial.

Acerca da produção de Luiz Gustavo Santos da Silva, como se tratou de apresentação em formato de pôster, não tive acesso a proposta textual *Intelectuais negros(as) da APNB e do Neab AFROUNEB: produções e trajetórias antirracistas*.

De certo que a construção social do passado remata, relações de poder, mas deve-se ter em conta a pluralidade de atores e de forças que contribuem para esta construção, esta perspectiva permite ressaltar a dimensão social da memória sem, desconsiderar sua dimensão individual. Em tempos em que a educação tem se engajado ético-politicamente contra o epistemicídio, é uma urgência do meu presente, no sentido foucaultiano.

Urge considerar na movência pelo “lugar de pertença” (EVARISTO, 2016) intelectual no âmbito da Associação, que abarca a história de uma coletividade que pouco a pouco entrelaça-se ao pensamento sobre o papel e a inserção social das

instituições de ensino e do significado do saber e do conhecimento étnico-raciais, a proposta interétnica de Manoel de Almeida Cruz

Em termos étnico-raciais a *Pedagogia Interétnica* esteve agregada ao reconhecimento e valorização da população negra, da população indígena na Bahia a partir de mudanças que foram provocadas nas estruturas da organização educacional, através da própria experiência e do questionamento das *ausências* a partir das *emergências*.²

Neste sentido, foi estabelecendo redes de insurgências que a proposta ganhou forma e ação ao enfrentamento e combate ao racismo. “Para a concreta transformação houve que enveredar nas brechas da complexidade presente no currículo e encontrar maneiras de combater, nas estruturas político e sociais, o modo de atuação do racismo”. (ROCHA; MESQUITA, 2022, p.11087)

Portanto, o combate ao qual Manoel de Almeida Cruz se propôs, não ocorreu isoladamente. Foi no diálogo entre saberes científicos e não científicos, entre conhecimentos plurais de valorização e práticas alternativas, que Cruz validou a *Pedagogia Interétnica*, não a configurando apenas como paradigma científico, mas, como manifesto insurgente, por justiça social, por justiça cognitiva.

Considerações Finais – pelas fendas dos próximos caminhos

Endereçar uma pesquisa que dê a ver o trabalho pioneiro de um intelectual e educador negro na construção de uma pedagogia antirracista/ insurgente no Brasil; sobretudo pensando que, em termos de política pública, o campo da educação toma como marco a Congresso de Durbin e a Lei n.10639/2003, a construção mnemônica da história de uma educação para relações étnico-raciais se constrói rompendo epistemicídio acerca das vivências e experiências de intelectuais negras, negros.

Assim, reivindica-se nesse agenciamento coletivo de enunciação da memória social da Educação para Relações Étnico-Raciais, que se constrói enquanto tarefa

² Pensando na formulação teórica da “sociologia das ausências” em consonância a “sociologia das emergências de Boaventura Sousa Santos (2004).

pedagógica e metodológica, a antibiografia (DELEUZE; GUATARRI, 2014) as “vidas que foram levadas a desaparecer sem terem sido faladas” (FOUCAULT, 2006, p. 207-208), mas, que sendo construídas nas interconexões entre vivências desdobradas no tempo-espaço, deixam seus rastros nas rachaduras dos espaços em que se debatem com o poder que visa sua aniquilação e apagamento.

Como luta por uma emergência contra “a discriminação racial [que] se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar [e do pensamento educacional] e o silêncio [enquanto] um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa” (GOMES, 2012, p. 105). Em outros termos, Nilma Gomes mostra como o desaparecimento e exclusão de certas vidas e memórias do campo da educação não pode ser confundida com mero desconhecimento:

Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar (GOMES, 2012, 105, grifos nossos).

Reivindica-se, sem as capturas, armadilhas e ficções coloniais de dominação, sem que seja um exercício narcísico, as experiências produzidas como ausentes e torná-las presentes e alternativas (pedagogias das ausências- GOMES, 2017); as resistências e insurgências das/dos que construíram caminhos de existência enunciativa, com a emergência (pedagogia das emergências - GOMES, 2017) das expectativas que seguem no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21, apontando para os novos caminhos.

Diante a construção da memória social do movimento negro educador, com suas possibilidades e limites em políticas públicas e pesquisas sobre a Educação das Relações Étnico- Raciais, onde está o trabalho pioneiro do intelectual e educador negro Manoel de Almeida Cruz na construção de uma *Pedagogia Interétnica*, antirracista, insurgente?

Para enveredar na tecnologia do combate ao racismo em Manoel de Almeida Cruz, e na proposição curricular dos processos educativos da *Pedagogia Interétnica*, enquanto manifesto insurgente, há que se ouvir as vozes que emanam dos corpos, exige

o revide político aos sistemas de opressão, o revide que reorienta significados subjetivos desses corpos, sem que passe pelas marcas da colonialidade que ora hierarquiza, racializa, ora soma identidades na armadura da representação colonial.

Nas concretas possibilidades das experiências em coexistências, a articulação entre saberes e fazeres é resistência insurgente que renuncia a produção das epistemologias de inexistências e as marcas das colonialidades, para ofertar emancipação epistêmica com alternativas de combate ao racismo.

Portanto, a presente proposta lança algumas reflexões que corroborem a essa movência educadora presente no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21 da ANPEd, demarcando o lugar de engajamento do intelectual negro Manoel de Almeida Cruz, que através da própria experiência negra estabeleceu pensamento crítico, que reconhecia o sentido de uma ação política questionadora.

Intelectual que se sentindo responsável por transformar os problemas enfrentados pela população indígena e, principalmente, negra nos espaços educacionais, em projetos alternativos, que garantissem aos grupos interétnicos condições de desenvolvimento econômico e social, nas fissuras dos caminhos elaborou uma pedagogia insurgente calcada em laços de pertencimento e ancestralidade: a *Pedagogia Interétnica*.

Assim, o posicionamento acadêmico, teórico, crítico, conceitual tem a provocativa e desafiadora política estética da resistência, por ser posicionamento impregnado de experiências, nesse pequeno passo dado, memórias ainda sussurram aos ouvidos, como intenso preparo da escritura do desejo: reestruturar caminhos, pelas fendas da justiça cognitiva.

Referências

dos feminismos: êthos crítico e transformação do pensamento. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698192828>
Acesso: 14/out/2022

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, janeiro de 2003.

BRASIL. Lei n.11.645/08, de 10 de março de 2008. Estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena no Ensino Básico. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, março de 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana. **Parecer CNE/CP 3/2004**, de 10 de março de 2004.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CRUZ, Manoel de Almeida. **Alternativas para combater o racismo**: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los. Salvador: Edições Núcleo Cultural Afrobrasileiro, 1989.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka**: por uma literatura menor. São Paulo: Autêntica, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parencças**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Tradução Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, 92/93, p.69-82, jan-jun, 1988.

GROSGOUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. **Ciência & Cultura**, v.59, n.2. São Paulo, abr/jun, 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a15v59n2.pdf>. Acesso: 01/ago/2022

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

hooks, bell. **Escrever além da raça: teoria e prática**; tradução Jess Oliveira. São Paulo: Elefante, 2022.

MARQUES, Eugenia P. de Siqueira; DIAS, Lucimar Rosa. GT 21 DA ANPEd - Educação e Relações Étnico-Raciais – 20 anos de resistência e produção de conhecimento. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem (RBECL)** da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, volume 5, n.10, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/educacaoculturalinguagem/article/view/6776> Acesso em: 24/out/2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

ROCHA, Cristiane L. Santos; MESQUITA, Ilka Miglio. Pelas brechas do currículo: a forma-ção do processo educativo interétnico em Salvador, Bahia - 1970-1980. *Brazilian Journal of Development*, 8(2), 11080–11094, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n2-175>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial**. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2018

WALSH, Catherine. Introducción. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine. (Org.). **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. TOMO I. Quito: Abya Yala, 2013, p. 23-68

Fontes

Relatórios de Reunião Anual do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- GT 21 - período de 2003 a 2021

Relatórios de atividades do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico Raciais- período de 2003 a 2021